



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA:
ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5291 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT09 - Trabalho e Educação

Professoras e professores temporários: a precarização do trabalho docente
João Henrique Figueredo de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

Professoras e professores temporários: a precarização do trabalho docente

Resumo

A precarização da profissão docente manifesta-se de diferentes maneiras, destacando-se a condição dos docentes temporários. Este trabalhador, mesmo tendo a formação acadêmica para assumir o magistério, enfrenta situações degradantes em comparação aos colegas efetivos. Partindo desta temática, o objetivo deste artigo é investigar o trabalho docente precarizado que resulta dos contratos temporários da rede pública municipal da cidade de Pelotas/RS. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa e documental que abrangeu a contratação de professores temporários entre os anos de 2012 e 2018. Neste período, identificou-se 546 contratos temporários. A maioria desses profissionais foi alocada em escolas periféricas da cidade. Atualmente, 290 docentes continuam com o vínculo ativo, o que representa 17,59% dos profissionais do magistério da rede municipal. Os dados apontam um crescimento do número de contratação nos últimos anos. Os docentes muitas vezes por não existir outra opção, se submetem a realidade do serviço temporário. Assim, criam-se as condições para reprodução da precarização do trabalho docente.

Palavras-chaves: professor temporário; trabalho docente; precarização docente.

Introdução

Nas escolas da rede pública é possível observar diversas realidades que os professores e as professoras têm que passar ao longo da carreira docente. Nota-se que muitas destas realidades são positivas, outras nem tanto. Contudo, atualmente a realidade do trabalho dos docentes tem ficado cada vez mais extenuante e degradante. Efetivamente, uma das realidades não tão positiva é a contratação temporária de docentes que pode ser caracterizada como uma forma de precarização da profissão.

Os profissionais temporários passam por diversas perturbações a começar pela incerteza de permanência na sua profissão. Além disso, os profissionais contratados nessa condição não recebem o mesmo salário dos concursados, bem como muitas vezes não recebem os mesmos benefícios trabalhistas. Frequentemente, esses profissionais passam por carga horária excessiva de trabalho e são prejudicados pela retirada do tempo de preparo de atividade, que é um direito dos professores e das professoras (HYPOLITO, 2011; OLIVEIRA, 2008; SEKI et al., 2017). A dinâmica do viver como professor ou professora no regime de contrato temporário é muito conturbada.

A contratação temporária tem ocorrido em larga escala nos últimos anos. Este tipo de contratação aponta uma precarização da educação, mais especificamente do trabalho docente. Além disso, o trabalho destes professores e professoras é afetado devido às incertezas futuras, pois tais profissionais não podem planejar seu futuro, pois não sabem se continuarão na escola ao final de seu contrato. Neste sentido, o documento de lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) afirma que essa situação,

[...] cria verdadeiras subcategorias de professores, sem a mesma remuneração e sem outros direitos viabilizados por meio de vínculo minimamente estável com os governos estaduais (BRASIL, 2014a, p. 24-25).

Assim, os professores temporários representam uma melancólica realidade da educação brasileira. Esta situação aponta uma intencionalidade do Estado em relação à educação pública, ou seja, faz parte da desvalorização da educação pública brasileira. A realidade da professora e do professor temporário causa incertezas aos profissionais atuais e aos futuros. Esta é uma realidade que afeta quase um milhão de professores e cerca de 49 milhões de estudantes da rede pública de ensino (SEKI et al., 2017).

Neste sentido, este trabalho se justifica em analisar essa realidade do profissional temporário, tendo como objetivo investigar o trabalho docente precarizado que resulta dos contratos temporários da rede pública municipal da cidade de Pelotas/RS. Para alcançar este propósito, identificados os professores temporários que trabalham na rede pública municipal de educação de Pelotas, bem como analisada a evolução do trabalho temporário na rede municipal de Pelotas nos últimos sete anos.

Metodologia

A investigação consistiu em uma abordagem quantitativa e documental, na qual foi realizada uma coleta de dados junto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) da cidade de Pelotas. Os dados são referentes aos professores e professoras contratados em caráter temporário na rede municipal de Pelotas. As informações fornecidas consistiram em uma série temporal dos últimos sete anos - 2012 a 2018 - bem como informações quanto ao gênero, idade, lotação do trabalhador e tempo de contrato de todos os professores e professoras temporários contratados no município.

Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o software Microsoft Excel 2010, que consiste em uma ferramenta computacional na qual é possível lapidar os dados numéricos e transformá-los em gráficos facilitando a interpretação da informação. O mesmo programa foi utilizado para a leitura dos dados e para as análises e cruzamentos das informações com o objetivo de traçar um perfil do grupo docente investigado, identificar as características do contrato de trabalho do professor e professora temporário, bem como, a evolução dos professores e professoras que estão na situação de trabalhadores temporários na rede municipal de Pelotas nos últimos sete anos.

A condição do trabalho e a produção da existência humana

O trabalho é por sua essência condição da natureza humana. O processo de trabalho ocorre quando um indivíduo modifica a natureza com a sua força. Desta forma, partindo dos atributos físicos e mentais, o sujeito molda a matéria prima. A ação de transformação da natureza tem como objetivo imprimir alguma forma útil para a vida humana. Sendo assim, simultaneamente ao trabalhador ou trabalhadora modificar o meio que vive, igualmente, modifica a si próprio.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com a sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2014, p. 211).

Na natureza apenas o ser humano pode produzir valor a alguma coisa. O valor pode ser caracterizado de duas formas no processo de trabalho capitalista: valor de uso ou de troca. Estas duas propriedades personificam mediante o trabalho que também pode ser observado em dois aspectos, sendo eles o trabalho abstrato e o trabalho concreto (MARX, 2014).

O trabalho abstrato consiste no esforço fisiológico e o trabalho concreto pode ser resumido na ação desempenhada para a produção de um objeto útil. Sendo assim, mediante a simples modificação da natureza é produzido o valor de uso, o qual pode ser caracterizado por ter utilidade para o ser humano, e que foi estabelecido por meio da soma do trabalho abstrato e concreto. Já o valor de troca é produzido pela ação da força de trabalho que resumidamente pode ser compreendida como o próprio trabalho (MARX, 2014).

A força de trabalho no cenário capitalista se tornou uma das mercadorias mais valiosas pela sua propriedade única de produção de valor de troca. E o capitalista teve a sorte de encontrá-la disponível no mercado. Marx (2014, p.197) descreve esta relação:

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo o valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial.

Entretanto, é importante compreender inicialmente porque o ser humano se fez mercadoria mediante a força de trabalho na lógica capitalista. No sistema capitalista, só existem duas classes, a dos capitalistas que é representado pelos que possuem meios de produção e de subsistência, e a dos trabalhadores e trabalhadoras, que consiste na população que é livre dos meios de produção e de subsistência, bem como, livre para vender sua força de trabalho (MARX, 2014). Sendo assim, o capitalista compra a liberdade de venda da força de trabalho do proletário para poder gerar capital.

Na trajetória histórica, o capitalista percebeu que a comercialização de uma mercadoria qualquer não proporcionava valor, pois a mercadoria por si não poderia oferecer mais valor. Contudo, a compra da força de trabalho humano tem a capacidade de gerar mais valia, ou seja, capital excedente. E isso só poderia ocorrer mediante a exploração do trabalho humano, que se constituiu pelo processo do prolongamento do tempo de trabalho. Observa Marx (2014, p.231) “o processo de consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (mais valia)”.

Sendo assim, o homem e a mulher vendem a força de trabalho para que o comprador a consuma. O capitalista adquire a mercadoria do trabalho humano e durante este período o trabalhador ou trabalhadora não mais pertence a si, mas sim, o mesmo se torna propriedade do seu patrão.

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho (MARX, 2014, p. 271).

Para que o capitalista continue a usufruir do trabalhador ou da trabalhadora, o mesmo tem que pagar pelo tempo de trabalho. Na perspectiva do capitalista, o pagamento pelo tempo de trabalho deve ser o mínimo possível. A base do cálculo de pagamento do capitalista para o trabalhador, descrita por Marx (2014), mostra que o patrão pagava apenas o valor suficiente para que o trabalhador ou trabalhadora voltasse para o trabalho na jornada seguinte com os mesmos atributos físicos e mentais no qual chegou para trabalhar na jornada anterior. Neste cálculo é previsto questões básicas como alimentação, vestimenta e outras coisas necessárias para a vida humana. Entretanto, a jornada de trabalho não constitui apenas o tempo necessário para se adquirir o valor de subsistência do proletário ou proletariada, pois assim o capitalista não produz mais valia. Neste sentido, a jornada de trabalho tem que ser prolongada para que o capitalista ganhe um valor suficiente para pagar o funcionário e a funcionária e ainda assim ganhe um valor excedente.

A magnitude absoluta do tempo de trabalho - dia de trabalho, a jornada de trabalho - é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais valia (MARX, 2014, p. 266).

Neste ponto começa a se estruturar a natureza da jornada de trabalho que será determinada por dois limites, o físico e o moral. O físico corresponderá aos limites fisiológicos do trabalhador e ou da trabalhadora. Isto pode compreender um limite máximo de tempo de trabalho, mais o descanso e a alimentação. Claro que o ideal é que este limite físico compreenda também as necessidades espirituais, sociais além das físicas. Entretanto, isso não era considerado nas fábricas estudadas por Marx (2014). Já o moral é determinado pelos avanços sociais e históricos, ou seja, pelo desenvolvimento social da população e pelos avanços históricos da sociedade. Isso significa que a qualidade no trabalho ou mesmo da sociedade só ocorreria mediante lutas por direitos. Contudo, o capitalista tem seu próprio ponto de vista, que pode ser resumido na produção do capital.

Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como vampiro, se reanima sugando trabalho vivo, e, quanto mais suga, mas forte se torna (MARX, 2014, p. 271).

Sendo assim o capitalista tenta sugar ao máximo o proletariado durante o seu tempo de trabalho. Esta relação ocorre da mesma forma que qualquer consumidor age frente à mercadoria que acaba de adquirir, ou seja, aproveitando-a ao máximo possível (MARX, 2014). Para o capitalista, o homem nada mais é do que uma mercadoria rentável.

Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como pela limitação da jornada de trabalho, embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, 2014, p. 273).

Ao longo dos escritos do livro O capital, Marx (2014) relata a luta entre os trabalhadores e trabalhadoras das mais diferentes fábricas na Europa contra os donos delas. O que se observa era a avidez do capitalista pelo trabalho excedente, a qual é conceituada por Marx (2014, p. 274) como “a crueldade civilizada do trabalho em excesso”. Mediante as informações tabeladas de relatórios que inspetores de fábrica realizavam, o autor observava desde pequenas fraudes, como o roubo de minutos do tempo

das refeições, ou mesmo do tempo derivado da entrada e saída de funcionários e funcionárias das fábricas, à perversidade como a de 15 horas de trabalho sem pausa, realizado por crianças entre 7 a 13 anos. Sendo que todas estas relações eram acobertadas por leis produzidas pelos próprios donos das fábricas.

O capitalista investe em capital constante o qual pode ser traduzido como ferramentas ou máquinas necessárias para a produção de um determinado produto. Ao observar este capital parado o capitalista não se satisfazia, pois máquinas paradas significa que não está sendo produzido mais valia. Nesta lógica, Marx (2014) mostra como se dá a expansão em direção ao trabalho noturno e o sistema de revezamento. Os proletários eram homens e mulheres de diferentes fchas etárias. O livro (*op. cit.*) traz o relato de uma criança de nove anos a qual trabalhou o dia inteiro e no dia seguinte iria entrar as três da madrugada. Por esta razão e por morar distante da fábrica, o mesmo decide dormir por lá mesmo. Atualmente, devido aos avanços históricos e sociais esta realidade não é mais concebida. Entretanto, ainda é realizada em muitas regiões do mundo, contudo de forma velada ou acobertada por capitalistas ou por dirigentes de estados constituídos sob o domínio do capital.

Da metade do século XIV ao fim do século XVII, inicia a luta pela jornada normal de trabalho, mas em contrapartida surgem leis que prologam esta jornada de trabalho. Apenas em 1833 começou a se estruturar a legislação fabril a qual definia o tempo de trabalho, idade mínima para trabalhar e outros direitos. A luta permanece até nossos dias. Neste percurso, os grandes industriais se articularam para lutar contra essas reformas. Uma das formas na qual eles resolveram parte do problema foi a de se apropriar dos órgãos legislativos. A composição destes órgãos era basicamente de empresários que votavam a favor de seus desejos, que pode ser resumido na extração da mais valia. A luta pela jornada normal de trabalho teve repercussão em diversos países, e uma nova configuração começou a se estruturar.

É importante frisar que a relação de detentor do dinheiro e do possuidor de trabalho não é algo natural e nem mesmo da relação social, mas sim, esta relação é fruto do desenvolvimento social.

Uma coisa, entretanto, esta clara. A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, meros possuidores de força de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma serie de antigas formações da produção social (MARX, 2014, p. 199).

Sendo assim, a relação entre capitalista e os trabalhadores e trabalhadoras, foi organizada a partir de um desenvolvimento social o qual esquece antigas relações para produzir novas. Atualmente, esta relação continua, entretanto com avanços morais os quais não permitem na maioria dos casos o que acontecia no passado. Contudo, a luta de classes traduzida como a luta pela jornada e qualidade de trabalho continua.

O meu objetivo em apresentar as teorias de Marx (2014) foi mostrar que existe uma luta entre capital e trabalho, onde o capital busca fazer com que o trabalhador gere mais valia, isto é, que a sua jornada seja prolongada o máximo possível para que isso reverta em mais valia para o empregador. Outra forma de produção de mais valia e simultaneamente redução de custos é mediante a intensificação da jornada de trabalho. Na jornada de trabalho intensificada o trabalhador e a trabalhadora não necessitam ter um conhecimento técnico elevado. Como resultado, o custo do trabalhador e da trabalhadora fica mais barato.

Marx (2014) apresenta em seus estudos a matriz da precarização do trabalho. O autor apontava os elementos da precarização tomando por base a produção fabril no século XIX. Hoje é possível encontrar elementos semelhantes no trabalho docente. A professora e o professor temporário têm menos direitos sociais em comparação com o trabalhador efetivado. Isso resulta em uma menor exigência inclusive da capacitação do profissional, bem como, resulta em menor custo para o seu empregador que pode ser o estado ou a escola privada. Esta redução de valores gastos com as trabalhadoras e os trabalhadores aumenta a mais valia e simultaneamente aumenta o lucro, o que interessa ao estado gerencial, ou seja, este estado atual que é conhecido como sendo uma nova forma de gestão que modela e regula este tipo de trabalho.

Além disso, Marx (2014) mostra as péssimas condições de trabalho as quais o trabalhador estava submetido e isso é também elemento de produção de mais valia. Em seus estudos apontou locais de trabalho com condições insalubres que levaram muitas pessoas a adoecer e muitas vezes a óbito. Atualmente, a precarização do trabalho submete os professores e as professoras a péssimas condições de trabalho, como a de falta de estrutura e de recursos. Situação na qual outras pessoas com a mesma formação, ou seja, ensino superior, e a mesma condição social jamais se submeteriam. Mesmo nestas condições os professores as e professoras se submetem a esta realidade. Neste ponto encontramos o professor temporário, obrigado a viver esta realidade de precarização.

Trabalho docente e precarização

A universalização da educação que ocorreu nas últimas décadas gerou a necessidade de aumento do número de professores e professoras para a rede pública de ensino. Com o objetivo de buscar a equidade social, ocorreu o aumento de vagas nas escolas, concomitantemente à ampliação do número de docentes. Entretanto, nem sempre a maneira como foi realizada a ampliação destes profissionais docentes foi positiva. Algumas consequências negativas passaram a ser encontradas, como o impacto na remuneração e nas condições de trabalho, causando desigualdades entre os docentes (COSTA; OLIVEIRA, 2011).

Como resultado, no século XXI a categoria docente, que sobrevive vendendo a sua força de trabalho, tornou-se o mais numeroso conjunto de trabalhadores. Porém fragmentado, heterogêneo e diversificado (*op. cit.*). Além disso, a expansão de vagas nas escolas e o crescimento da demanda de professores e professoras resultaram na contratação de um número expressivo de profissionais temporários. A situação destes novos professores e professoras temporários foi mais precária comparando com os efetivos (OLIVEIRA, 2008).

O trabalho docente está diante de uma nova forma de organização produzida nos últimos anos. Esta nova disposição retrata uma estrutura de regulação da educação que é produzida pelas várias relações das demandas globais (OLIVEIRA, 2007). Os frutos destas demandas são reproduzidos mediante a descentralização financeira, administrativa e pedagógica. Neste sentido, surge um discurso de flexibilidade e de uma pseudo-autonomia para os professores e professoras. Entretanto, simultaneamente os discursos de responsabilização têm aumentado (*op. cit.*). Como efeito, se estrutura o modelo regulatório de intensificação e de auto intensificação do trabalho docente.

É fato que o trabalho docente tem passado por diversas alterações, sendo elas produto da nova organização do capitalismo, o neoliberalismo. Neste novo arranjo, se instaura a imposição da flexibilização, adaptabilidade e autogestão que tem sido empregada em todas as áreas do setor público, principalmente na educação (DUARTE, 2011). Simultaneamente, discursos

ancorados na teoria política do estado mínimo crescem e se tornam justificativa para corte de gastos. Neste contexto, o trabalho docente tem sofrido duros reveses. Além disso, como resultado destas políticas neoliberais surge um grande número de professores e professoras temporários nas escolas públicas o que acaba por precarizar e sucatear mais ainda a educação (MILANI; FIOD, 2008). Partindo de políticas públicas de arrocho salarial e da maleabilidade da legislação dos direitos trabalhistas, a década de 90 do século XX viu iniciar uma deterioração do trabalho docente (OLIVEIRA, 2007). Como resultado dessas flexibilizações foi permitido uma maior diversificação salarial, bem como maior diversidade contratual.

Este contexto tem potencializado os debates em torno do trabalho docente. A profissão tem sofrido diversos retrocessos, passando por uma desvalorização social que se reflete na identidade, na carreira e no salário (CERICATO, 2016). Em decorrência disto, observa-se diversos impactos como a desprofissionalização, a culpabilização e a perda da atratividade da carreira (CERICATO, 2016; LELIS, 2012; NUNES; OLIVEIRA, 2017). Um dos resultados desta realidade reflete na qualidade do ensino público, afetando a população mais carente da sociedade.

A precarização da profissão docente é sentida de diferentes maneiras. Entre elas destaca-se a figura do professor e da professora temporários. Estes profissionais que, mesmo tendo uma formação acadêmica para assumir o magistério, enfrentam situações mais degradantes em comparação aos seus colegas que são professores e professoras efetivos (NETO, 2016). Em geral, o profissional temporário vai estar submetido a uma carga horária excessiva, sem o necessário tempo para preparo de atividades; salários mais baixos que os profissionais efetivos; aulas em diversas escolas e, às vezes, em disciplinas diferentes da sua habilitação (SEKI et al., 2017). Isso acarreta na perda de identidade profissional e simultaneamente na precarização da profissão docente.

Segundo Neto (2016), uma das razões da existência da contratação de professores temporários pode ser fundamentalmente por motivos econômicos. Visto que estes profissionais diminuem a folha de pagamento do Estado, pois o custo passa a ser centrado no salário básico mensal, eliminando gastos com direitos trabalhistas. Neste sentido, são poupados recursos que seriam destinados à previdência, a direitos de anulação de um contrato, a bonificação, a progressão da carreira. Partindo dos dados apresentados por Seki et al. (2017), que mostra que existe quase um milhão de professores temporários, fica evidente a economia gerada aos cofres públicos por meio desta forma de contratação.

Os microdados do censo escolar de 2012 (BRASIL, 2012a) apontam que no Brasil existia um número expressivo de contratações temporárias. Cerca de sete estados do território brasileiro tinham mais de 50% de contratos temporários nas redes estaduais. O estado do Espírito Santo, por exemplo, era o primeiro em contratações desse tipo com 71%, seguido do Estado do Mato Grosso (66,1%), Acre (62,9%), Ceará (60,2%), Mato Grosso do Sul (60,1%), Santa Catarina (59,8%) e Paraíba (51,9%). O Rio grande do Sul contava com 40,7% de professores em regime de contrato temporário em suas escolas estaduais (BRASIL, 2012b)¹.

Um estudo recente aponta que de 2011 a 2015 houve um aumento absoluto de professores e professoras no Brasil. Com este aumento, também houve uma ampliação de profissionais temporários, passando de 37% para 41%. Neste período, a precarização atingiu quase um milhão dos professores e professoras que atuam na educação básica (SEKI et al., 2017). No Rio Grande do Sul, em 2015, segundo a autora (*op. cit.*) a única cidade que tinha todos os seus professores efetivos era Guaíba. Já a cidade de Pinto Bandeira contava com 100% dos profissionais em regime contratual temporário. Em específico no ano de 2015, somando todas as redes de educação básica pública, os profissionais temporários chegaram há um pouco mais de 30% (*op. cit.*), passando dos 10% de professores e professoras temporários que a legislação prevê (BRASIL, 2014b).

Como apontam os dados, o número desses profissionais está constantemente aumentando e esta realidade marca uma intencionalidade do Estado para com a educação pública. Assim, o trabalho docente está cada vez mais precarizado e isso pode ser observado na lógica do trabalho temporário. Estes profissionais têm que lidar com a incerteza da permanência no trabalho, o que imobiliza os mesmos a fazer quaisquer planos futuros, sendo eles relacionados com a escola ou mesmo com suas vidas.

Professoras e Professores temporários em Pelotas/RS

Atualmente, a rede municipal de Pelotas conta com aproximadamente 1648 professores². De acordo com os dados da SMED, 546 professores e professoras foram contratados na condição de professores temporários no município de Pelotas durante os anos de 2012 a 2018. Os anos que tiveram mais contratações foram o de 2014, que apresentou 124 contratos, e o de 2018, que exibiu 290 contratos (Figura 1). No ano de 2015 não foi realizada nenhuma contratação de professores temporários. Sendo assim, estes dados apontam que um pouco mais de 17% dos professores da rede municipal de Pelotas hoje são profissionais temporários.

Outra informação que é possível retirar da figura 1 é que nos anos que antecedem eleições, exatamente os anos de 2014 e de 2018, são os que contabilizam mais contratações temporárias.

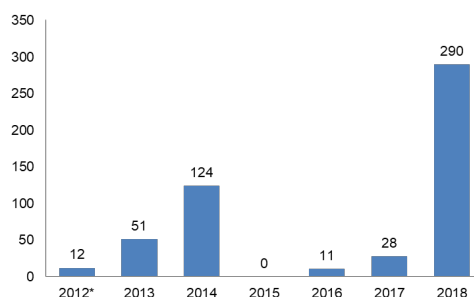


Figura 1 - Número de professoras e professores temporários contratados por ano em uma série temporal de 2012 a 2018.*Os dados para este ano iniciam em novembro de 2012. Fonte: SMED Pelotas.

Dos profissionais contratados nesses últimos sete anos, 499 foram mulheres, ou seja, 91% dos contratos (Figura 2). Isso é um retrato da educação no Brasil, onde a grande maioria dos docentes são mulheres. Como foi possível constatar, isso se reproduz nos contratos temporários de Pelotas. O restante dos profissionais, ou seja, os homens são responsáveis por 9% (47), e estes profissionais estão na sua grande maioria no ensino médio.

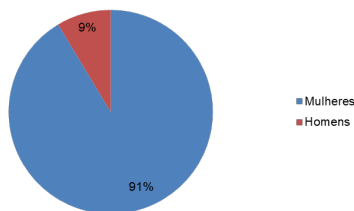


Figura 2 - Gênero dos docentes temporários contratados na rede municipal de Pelotas durante os anos de 2012 a 2018. Fonte: SMED Pelotas

As idades destes profissionais compreendem dos 20 aos 74 anos de idade, como é possível ver na figura 3. A grande maioria está na faixa dos 30 a 39 anos. Surpreendentemente, temos 24 professores que estão na faixa dos 60 aos 74.

Uma professora de educação infantil que ainda está com contrato ativo tem 74 anos de idade. Esta informação surpreende visto que o trabalho com a educação infantil conta com dispêndio de muita atividade física.

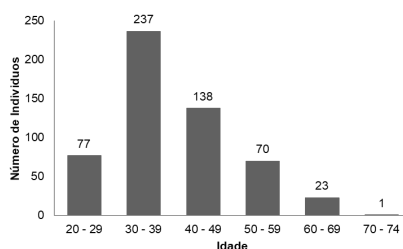


Figura 3 - Número de professoras e professores temporários contratados entre os anos de 2012 a 2018 em relação à idade. Fonte: SMED Pelotas.

Nos dados fornecidos pela SMED de Pelotas consideramos todos os profissionais contratados como educador e ou como professor pertencentes ao grupo, ou seja, todos são professores ou professoras. Sendo assim, foram identificados seis cargos para professor temporário nos dados apurados (Figura 4). Entre esses cargos foi encontrado um professor caracterizado como educador de acompanhamento de crianças. Da mesma forma, foi encontrado apenas um docente caracterizado como educador de ciências da natureza e um professor identificado como educador de matemática.

Os outros três cargos foram os mais representativos do estudo. Para professor de educação infantil foram contratados 147 profissionais, correspondendo a 27% das contratações. Os professores I, que correspondem aos profissionais que trabalham ensino fundamental I (de 1º ano ao 5º ano), foram responsáveis por 47% das contratações, ou seja, 256 profissionais. Por último, tivemos os professores II, que são os profissionais que atuam no ensino fundamental II (de 6º ano ao 9º ano) e ensino médio. Para esta função foram contratados 140 professores, representando 26% dos contratos temporários.

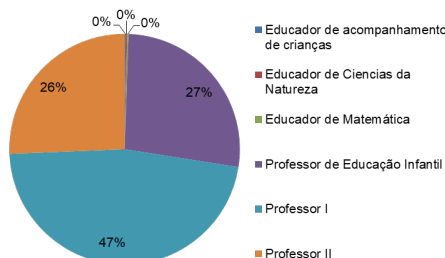


Figura 4 - Porcentagem de professoras e professores temporários em relação ao cargo de trabalho. Obs: todos os resultados foram dados em números inteiros, por esta razão os profissionais caracterizados como educadores estão com o valor de 0%, mesmo que os três profissionais estivessem juntos, o valor ainda seria menor que 1%, sendo assim, mantive eles separados e com o valor de 0%. Fonte: SMED Pelotas.

Durante o período dos sete anos, um pouco mais de 50% (292) destes profissionais ainda estão ativos, ou seja, atuando como professores na educação básica (Figura 5). Quanto aos demais, 16 profissionais foram demitidos, 85 pediram demissão e 153 tiveram seus contratos concluídos.

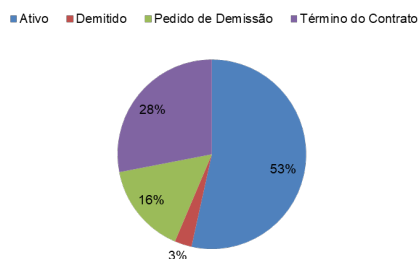


Figura 5 - Situação profissional dos 546 professoras e professores contratados no período de 2012 a 2018. Fonte: SMED Pelotas.

Dos 546 professores contratados nesta série de sete anos, 88%, ou seja, 481 só participaram de um contrato (Figura 6). Entretanto, 57 professores participaram de dois contratos, sendo que isso representa 11% dos professores contratados. Foi possível também encontrar sete professores ou professoras que participaram de três contratos e uma professora que participou de quatro contratos, sendo representados como 1% e 0% simultaneamente. Quanto a professora que tinha quatro contratos, em três deles ela pediu demissão e o último está em atividade.

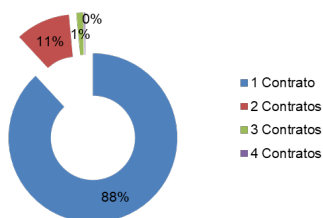


Figura 6 - Porcentagem de professoras e professores temporários por número de contratos assinados durante os anos de 2012 e 2018. Fonte: SMED Pelotas.

Os professores foram lotados em 72 escolas e na SMED (Figura 7). Em geral as escolas que receberam mais docentes temporários estão situadas em regiões periféricas da cidade de Pelotas. É provável que isso ocorra em função da violência existente na periferia da cidade de Pelotas, o que faz com que os professores efetivos escolham as escolas mais centrais. Assim, as professoras e professores temporários são colocados selecionados para atuar nas escolas da periferia.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Caruccio foi a que mais recebeu professores temporários nestes últimos sete anos. Ao todo foram 50 profissionais. Esta escola está localizada em uma região muito carente da cidade de Pelotas, no bairro Pestano. Em segundo lugar foi a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas, que recebeu 42 docentes. Estes profissionais que estão lotados na secretaria não atuam como professores apesar de serem nomeados como tal. Os mesmo atuam na parte administrativa da secretaria. A terceira instituição foi a Escola de Educação Infantil Bernardo de Souza. Esta escola recebeu 36 professores temporários. Diferentemente da escola que mais recebeu professores temporários, esta escola é situada no bairro Central em uma região economicamente favorável.

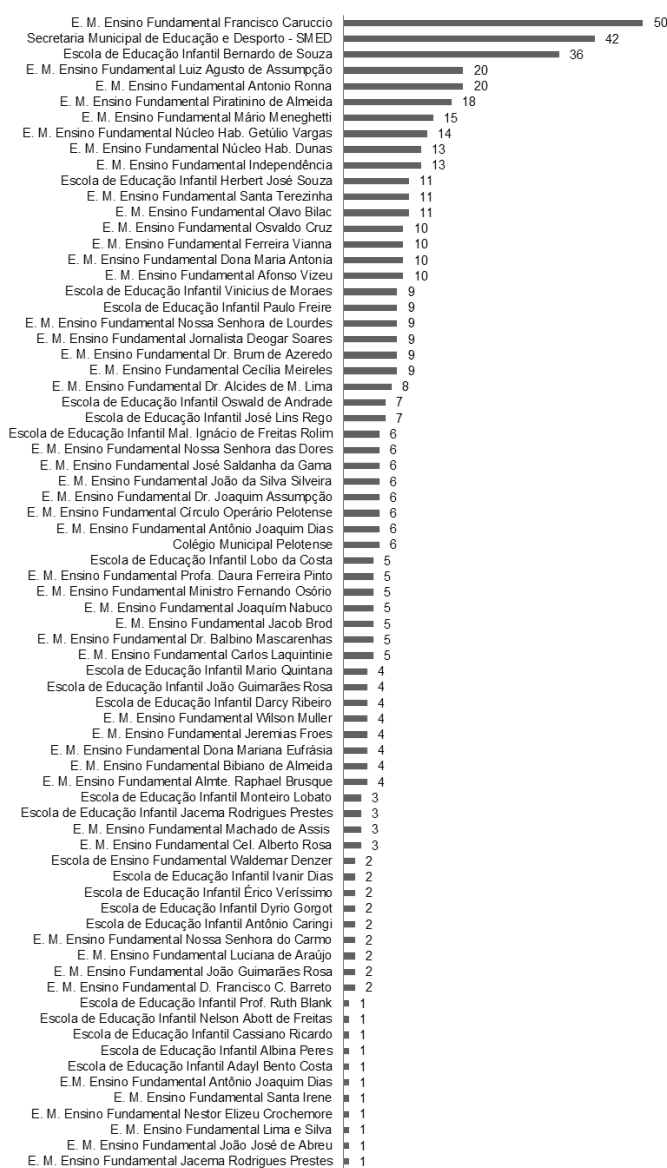


Figura 7 - Professoras e professores temporários contratados por escola na série temporada de 2012 a 2018. Fonte: SMED Pelotas.

No que se refere às professoras e aos professores temporários que estão ativos na rede pública, os dados mantem o mesmo padrão. Entretanto, os valores modificam (Figura 8). Os professores I são os que atualmente têm o maior número de profissionais (171). Este resultado é seguido pelos professores de educação infantil, que tem 31% (90), e os professores II que representam 11% (31). O mesmo padrão se mantem para homens e mulheres. Entretanto, a porcentagem dos homens diminui para 6% (17) e a das

mulheres aumenta para 94% (275).

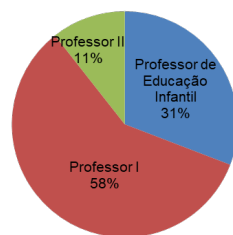


Figura 8 - Professoras e professores atualmente ativos em caráter temporário por cargo. Fonte: SMED Pelotas.

Dentro do recorte da série temporal que leva em consideração apenas professores e professoras que estão ativos na rede municipal, o gráfico de distribuição dos docentes por escola modifica (Figura 9). As professoras e professores estão distribuídos em 70 escolas municipais. A Escola de Educação Infantil Bernardo de Souza é a escola que tem atualmente o maior número de professoras e professores temporários, contando com 22 profissionais. Seguido dela encontramos a E.M. E. F. Francisco Caruccio que tem 15 professoras e professores neste regime contratual, que foi a escola que mais recebeu alunos nos últimos sete anos. Em terceiro lugar temos a E. M. Ensino Fundamental Núcleo Habitacional Dunas que tem no seu grupo de professores e professoras 12 profissionais em caráter temporário.

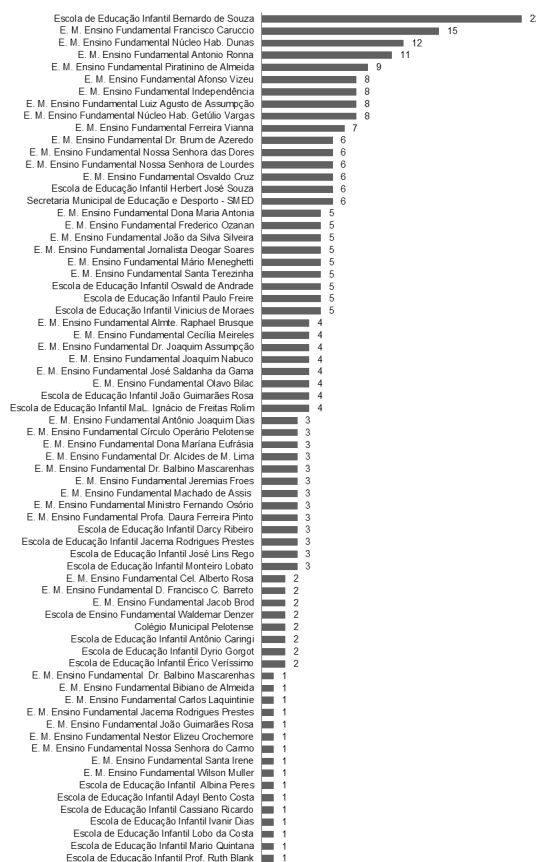


Figura 9 - Professoras e professores com o contrato ativo por escola na rede municipal. Fonte: SMED Pelotas.

Partindo desses dados, é possível observar que a Prefeitura de Pelotas tem utilizado profissionais temporários para completar seu quadro do magistério. As professoras e os professores, muitas vezes por não existir outra opção, se submetem a esta dura realidade que é ser professora ou professor temporário. Assim, cada vez toma mais corpo a desestruturação do trabalho docente.

Algumas considerações finais

A docência, como muitas outras profissões nos últimos anos, vem passando por diversas modificações quanto à sua estrutura (OLIVEIRA, 2004), o que traz como uma de suas consequências a precarização da profissão. O tema precarização do trabalho docente abrange diversos fatores objetivos e subjetivos, sendo que isso cada vez mais está relacionado ao desenvolvimento da educação básica. Acertada a importância do professor e da professora na educação, qualquer modificação causa implicações diretas ou indiretas no sistema educacional, bem como no trabalho docente (OLIVEIRA; JUNIOR, 2016).

O município de Pelotas tem feito coro ao movimento de precarização do trabalho docente ao tornar a contratação de professoras e professores temporários algo rotineiro em sua administração. Constatou-se que atualmente 17,59% dos professores e professoras são contratados precariamente. Mais grave ainda, grande parte desse contingente não exerce suas funções nas salas de aula e nem nas escolas, mas na própria Secretaria Municipal de Educação e Desporto, o que mostra um grande desvio de finalidade e a apropriação do trabalho docente para outros fins.

Em suma, as professoras e professores temporários, no contexto atual, estão recebendo baixos salários, desproporcionais para a sua função e formação. Além disso, são submetidos a domínios burocráticos públicos o que reduz a autonomia no processo

de trabalho do professor. Enguita (1991) caracteriza os professores como semiprofissionais, pois os docentes não tem autonomia sobre sua própria profissão, ou seja, o Estado direciona e legitima a profissão docente.

Em contrapartida, os professores estão em constante disputa para conservar ou alargar sua autonomia no processo de trabalho, bem como, seus direitos salariais, de força política e de prestígio. Como afirma Hypolito (2015), “a melhoria das condições de trabalho é crucial para revitalizar um trabalho muito precarizado”. A melhoria da condição do professor no Brasil parte da valorização dos professores. Só assim as escolas vão poder contemplar a tríade ensinar-cuidar-politizar, oportunizando a todos os brasileiros uma educação básica de qualidade socialmente referenciada.

Notas

¹Estes dados foram divulgados no site do UOL educação em uma reportagem intitulada “Para secretarias, dados sobre temporários estão defasados”. Esta reportagem foi escrita por Smosinski e Rodrigues em 08 de março de 2015.

² Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2018.

Referências bibliográficas

- BRASIL. INEP. Microdados: Censo escolar 2012. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Brasília. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>> Acesso em: 28 out. 2018.
- BRASIL. Censo da educação básica: 2011 – resumo técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf> Acesso em: 14 mar. 2019.
- BRASIL. Ensino médio no Brasil. Auditoria coordenada educação: ensino médio / Instituto Rui Barbosa. **Tribunal de Contas da União**, Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B2E7AEE35D3>> Acesso em: 14 mar. 2019.
- BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 14 mar. 2019.
- CERICATO, I. L. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 246, p. 273-289, 2016.
- COSTA, G. L. M.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no ensino médio no Brasil. **Perspectiva**, v. 29, n. 2, p. 727-750, 2011.
- DUARTE, Juliana Fonseca. **Trabalho docente em tempos de neoliberalismo**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Revista Teoria e Educação**, n. 4, p. 41-61, 1991.
- HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos Cedes**, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.
- HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, p. 59-78, 2011.
- LELIS, I. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 152-174, 2012.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MILANI, N. Z.; FIOD, E. G. M. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Roteiro**, v. 33, n. 1, p. 77-100, 2008.
- NETO, João Genaro Finamor Neto. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 2016, 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- NUNES, C. P.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 65-80, 2017.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.
- OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente na América Latina Identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, v. 2, n. 2 - 3, p. 29 - 39, 2008.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 355-375, 2007.
- OLIVEIRA, D. A.; JUNIOR, E. A. P. Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar. **Estudos de Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 852-878, 2016.
- SEKI, A. K. et al. Professor temporário?: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 1-18, 2017.